

Sociedades sem Empregos: Culpabilizar para Flexibilizar (o sujeito)

Societies without Employment: to blame for flexibilize (the individual)

Paulo Marinho,¹ Marinaide Freitas.²

Resumo: O presente artigo contextualiza-se na problemática das sociedades precarizadas na oferta de empregos aos seus cidadãos e, concomitantemente, no sentimento de culpa que estes internalizam conotando-se como “improdutivos e inúteis” (SENNETT, 2001). Assume como objetivo discutir e compreender a problemática referida numa plataforma interpretativa e argumentativa. Nessa base, consigna-se como intento contribuir para uma reflexão e análise referente ao assunto apresentado, no sentido de apoiar a discussão teórica e contribuir para a discussão de políticas educacionais, sociais e econômicas nestes contextos e cenários emergentes do século XXI, nos quais surgem mais indagações do que respostas. Indagações sobre um presente-futuro que exige das sociedades e de cada um de nós o (re) significar de conceitos e sentidos de trabalho e de emprego dentro de um quadro de lutas paradigmáticas da modernidade e pós-modernidade.

Palavras-chave: Modernidade. Pós-Modernidade. (Des)emprego. Culpabilização e Flexibilização.

Abstract: The present article is contextualized in the problematic of societies precarized in offer of jobs to its citizens and, at the same time, in feeling of guilt that they internalize, connoting themselves as "unproductive and useless" (Sennett, 2001). It assumes as objective to discuss and understand the problematic referred to in an interpretive and argumentative platform. In this context, it consigns as intent to contribute to reflection and analysis related to the subject presented, to support the theoretical discussion and contribute to the discussion of educational, social and economic policies in these contexts and emerging scenarios of the century, in which emerge more questions than answers. Inquiries about a present-future that demands, from societies and from each of us, the (re) meaning of concepts and meanings of work and employment within a framework of paradigmatic struggles of modernity and postmodernity.

Keywords: Modernity; Postmodernity; (Un)employment; Culpability; Flexibilization.

¹ Doutor em Ciências da Educação pela Universidade do Porto, Portugal. Pós-doutoramento pela Pós-Graduação em Educação pela Universidade Federal de Alagoas (Ufal), Brasil. Membro do Centro de Investigação e Intervenção Educativas (CIIE), da Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação da Universidade do Porto (FPCEUP) e professor visitante da Ufal desde 2015. Membro do Grupo de Pesquisa Multidisciplinar em Educação de Jovens e Adultos (Multieja/CNPq/Ufal). E-mail: pmtmarinho@hotmail.com

² Pedagoga. Doutora em Linguística. Pós-doutoramento pela Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação da Universidade do Porto (FPCEUP), Portugal. Professora da Graduação em Pedagogia e da Pós-Graduação em Educação Brasileira (Cedu/Ufal). Líder do Grupo de Pesquisa Multidisciplinar em Educação de Jovens e Adultos (Multieja). E-mail: naide12@hotmail.com

Introdução

As sociedades enfrentam grandes mudanças a nível do desenvolvimento da atividade econômica, provocadas pela chegada das novas tecnologias de informação e comunicação, que estão a invadir todos os contextos de trabalho.

Essa invasão em todos os setores de produção vem provocando um novo progresso o qual Rifkin (2004, 2012) denominou de *terceira revolução industrial*, designando-a também de era do pós-fordismo. Para o autor, esta nova revolução surge logo após a II Guerra Mundial, afirmando, no entanto, que só nesse momento começa-se a sentir a sua influência a nível da economia. É de salientar que essa tecnologia não comporta apenas uma substituição física do trabalho humano, mas também de atividades nas quais congrega a imprescindibilidade da mente humana. Uma nova tecnologia de “máquinas inteligentes” – robótica, telecomunicações, entre outras –, perfeitamente programadas para concretizar trabalhos, quer a nível de força física quer a nível de tarefas administrativas.

Essa (re)evolução aparece como resposta ao mercado de trabalho, no sentido de alcançar facilmente uma maior produtividade a um menor custo, apelando assim à atualização e reorganização dos seus sistemas de trabalho. Dessa forma, surge a reengenharia como reestruturação da organização das empresas, no sentido de simplificar os processos de produção e de aumentar a produtividade e, conseqüentemente, a imposição da flexibilização dos indivíduos aos seus contextos de trabalho e modos de produção. Nesse sentido a aposta de muitos empresários foi então a reengenharia das suas empresas e a diminuição do número de trabalhadores. O que ao final de algum tempo, constataram que com menos funcionários, a produtividade industrial estava a aumentar exponencialmente. Dá-se assim, a automação de todo o mercado de trabalho, tornando um grande número de trabalhadores em excedentes das empresas.

Numa primeira visão, a revolução tecnológica transborda simplesmente aspectos positivos, dado que se publicita que as novas tecnologias contribuirão para melhores condições de trabalho, particularmente, no que diz respeito à diminuição do número de horas de trabalho e melhores salários. Neste cenário, vários empresários e economistas defendem que a Terceira Revolução Industrial será uma forte plataforma a nível da economia, preenchida de benefícios para “todos”. A ideia é que um aumento da produção provocará uma diminuição do custo dos produtos e, conseqüentemente, uma diminuição do custo de vida e um maior poder de compra.

Por outro lado, o aparecimento de novos mercados e por conseguinte o surgir de novos postos de trabalho. No entanto, essa ideia parece mais uma simples utopia do que uma realidade constatada. Para Rifkin (2004) a automação e reengenharia das empresas estão a provocar um número crescente de empregados excedentes em todos os setores econômicos e por conseguinte a sua dispensa. A perspectiva deste autor é que toda esta mudança causará um grande e contínuo aumento do desemprego e, conseqüentemente “o fim dos

empregos” em todos os setores, agricultura, indústria e serviços, em que muitas das profissões existentes após a sua extinção nunca mais serão ressuscitadas.

Um mundo sem trabalho é, na visão de cientistas, engenheiros e empregadores um grande marco na história do homem, um mundo de liberdade em que todos viverão livres da função árdua que é o trabalho.

Contudo, o que se está a constatar é uma marginalização pela pobreza daqueles que ficam sem emprego, gerando uma era de grandes tumultos sociais, revoluções e crimes. Ao mesmo tempo, o desemprego provoca nos sujeitos um sentimento de improdutividade e inutilidade perante a sociedade, entregando-os a desânimos, depressões e, por vezes, ao suicídio (Sennett, 2001).

Neste cenário, o progresso num ciclo de desenvolvimentos consecutivos vai emaranhando tudo e todos e solicitando mudanças com soluções para os problemas sociais e económicos e, conseqüentemente, uma maior e melhor qualidade de vida para todos. Um desígnio que a “promessa” da modernidade parece não ter ainda conseguido concretizar. É assente nestas ideias e pressupostos que congregamos referenciais teóricos-epistemológicos para a compreensão da problemática das sociedades precarizadas na oferta de empregos e conseqüentemente, o sentimento de culpa que se internaliza nos sujeitos.

Modernidade – de uma ordem prometida a uma desordem estabelecida

A modernidade é apresentada por Giddens (1996), como uma forma de organização da vida social que surgiu no início do século XVII na Europa e que se foi universalizando. Num sentido mais restrito, constituiu-se por meio de uma crença na ciência que permitiria tornar o mundo muito mais seguro e controlado. A ciência positivista proporcionaria esse controle através da exploração racional da natureza em benefício do aumento de bens de consumo, os quais criariam as oportunidades de emancipação humana – liberdade e igualdade. A confiança depositada na razão instrumental justifica-se, portanto, pela promessa de progresso que a ciência veicula, traduzindo-se este na criação crescente de tecnologias cada vez mais avançadas. Rifkin (2004, p. 51) exemplifica bem o momento vivenciado: Sua fé e sua crença na ciência e na tecnologia seriam recompensadas com uma futura sociedade de abundância e ociosidade – a tecnologia seria o novo escravo. Libertando a humanidade para brincar, desperdiçar tempo ou perseguir uma vocação maior.

Essa nova configuração social rompe com a forma de organização das culturas tradicionais, falando-se de um forte dinamismo da modernidade, onde o industrialismo consiste no recurso a fontes de energia material inanimadas capazes de sustentar o funcionamento das máquinas. Articula, desta forma, a realização de algumas tarefas pelas máquinas, a mão de obra do homem e a transformação da matéria-prima na mercadoria final. Por conseguinte, este processo industrial toma forma por meio da relação ciência–choque tecnológico, a qual transforma o mundo natural num mundo físico susceptível de ser manipulado pelo ser humano.

Nesse âmbito da modernidade, o capitalismo é também algo que emerge e que se refere ao sistema de produção de mercadorias através da

relação entre a propriedade privada do capital e o trabalho assalariado. A empresa capitalista produz para mercados concorrenciais, onde a competitividade exige uma necessidade de inovação e desenvolvimento constante, para os quais a tecnologia desempenha um papel fulcral.

Na modernidade é constatado, também, o fenômeno da globalização. Giddens (1996) define globalização como se consignando às relações sociais que as diversas regiões do planeta estabelecem entre si, como também nas suas influências recíprocas. Quer isso dizer que um fenômeno que ocorre numa zona geográfica específica pode influenciar a organização social de outra zona geograficamente distante.

O local e o global passam a estabelecer uma relação direta, embora algumas vezes dialética. Um exemplo deste caráter contraditório da globalização é o fato de se fazer emergir, simultaneamente, formas de afirmação identitárias de culturas e contextos locais, e, por isso, específicos. É neste sentido que também Berman (1982, p. 17) refere que, à medida que a modernidade expande-se, o seu público “multiplica-se numa multidão de fragmentos, que falam linguagens incomensuravelmente confidenciais”. A modernidade perde, assim, a sua capacidade de organizar e dar sentido à vida das pessoas.

No que concerne ao aparecimento da designação de globalização, Giddens (1996, p. 44) menciona a articulação entre modernidade e globalização, afirmando mesmo que “a modernidade é inerentemente globalizante”. Considera, por conseguinte, várias dimensões da globalização, sendo uma delas a economia capitalista mundial, na medida em que determina quais os centros de poder na economia mundial. Os Estados capitalistas e, por isso, centrais no sistema econômico mundial podem promover envolvimento econômico em outras zonas distantes, embora estejam sediados em um território específico.

Sumariando, e apoiando-nos nas palavras de Berman (1982), a modernidade é um turbilhão que subsiste por meio da industrialização da produção, da explosão demográfica, do crescimento urbano, dos sistemas de comunicação de massa, dos Estados nacionais cada vez mais poderosos e dos movimentos sociais de massas de nações que visam o auto-controle da sua vida. Este turbilhão, referido pelo autor, tem a ver com a variedade de tradições que a modernidade criou no seu seio, as quais, por sua vez, contribuíram para o seu enriquecimento ou obscuridade atual.

No pensamento deste autor, a modernidade é:

[...] uma voz que conhece a dor e o terror, mas acredita na sua capacidade de ser bem sucedida. Graves perigos estão em toda a parte e podem eclodir a qualquer momento, mas nem o ferimento mais profundo pode deter o fluxo e refluxo da sua energia. Irônica e contraditória, polifônica e dialética, essa voz denuncia a vida moderna em nome dos valores que a própria modernidade criou, na esperança – muitas vezes desesperançada – de que as modernidades do amanhã e do depois do amanhã possam curar os ferimentos que afligem o homem e a mulher modernos de hoje (Berman, 1982, p.: 23).

É pertinente demonstrar que de fato a modernidade tida como uma forma de organização da vida social que surgiu no início do século XVII na Europa e que se foi universalizando, constituindo-se através de uma crença na ciência, a qual permitiria tornar o mundo muito mais seguro e controlado e criar

oportunidades de emancipação humana – liberdade e igualdade (GIDDENS, 1996) – fracassou no seu objetivo, a exemplo:

Pela primeira vez na história americana, os afro-americanos não eram mais necessários no sistema económico. [...] Cada vez mais, ele não é tão explorado economicamente, quanto é irrelevante... os brancos dominantes não precisam mais explorar a minoria negra: à medida que prossegue a automação, será mais fácil para o branco ignorar o negro. Ou seja, a América Branca, pela mais perfeita aplicação da mecanização e por uma forte aposta na automação, desfaz-se do negro; e conseqüentemente, o negro se transforma de uma força de trabalho explorada, num pária (Rifkin, 2004, p. 85).

Permanece constando que a modernidade falhou e, ainda, não concretizou as suas promessas de emancipação, de liberdade e igualdade para todos, arrastando as sociedades para desordens complexas, fazendo emergir um novo conceito de uma nova era – uma era consignada Pós – Pós-moderno, pós-industrial, pós-fordismo, pós-capitalismo, pós-regulação, pós-mercado.

Uma nova era – na desordem à procura de nova ordem

Num momento em que a desordem parece dismantelar a ordem e mostra a sua face revelando-se como impulsionador de possíveis novas ordens, sentimo-nos traídos pela ordem que achávamos que tínhamos construído. De um momento para o outro, vemo-nos sem o nome da *coisa* e isto desorienta-nos – ficamos perdidos dentro da *coisa* que acabamos de criar e não a conseguimos identificar. Talvez a *coisa* seja a mesma, talvez seja outra *coisa*. Os termos que desde os finais do século XX são apresentados para definir esta nova era é de uma variedade alucinante. Entre as várias possibilidades, o conceito de pós-modernidade emerge como resposta à incógnita que nos atordoa. Para uns, a certeza do encontro do código linguístico perfeito para designar e interpretar a era em que hoje vivemos assente num desenvolvimento desenfreado das tecnologias de informação, numa globalização da própria informação e numa comunicação da mundialização da economia; para outros, a incerteza e até o total desacordo do nome escolhido para o baptismo (Marinho; Carvalho, 2014).

Os autores acima referem que vivenciamos uma “nova era”, na qual parece ter vindo colocar em causa as ordens anteriormente estabelecidas, salientando que o conceito de pós-modernidade parece emergir como aquele que melhor poderá designar a “nova coisa” que nos desorienta e que nos coloca em situação de conflitos.

Não obstante Giddens (1996, p. 2) vem dizer que “longe de entrarmos numa época de pós-modernidade, estamos, antes a iniciar uma época em que as conseqüências da modernidade mostram-se mais radicalizadas e universalizadas do que antes”. Ou seja, todo esse contexto histórico que vivemos é um resultado de todo o processo da modernidade.

De outra forma, Alain Touraine (1998, p. 14) referencia este momento, onde a cultura já não é o comando da organização social e essa já não comanda a atividade técnica e económica – “Cultura e economia, mundo instrumental e mundo simbólico estão a separar-se”, alvitando outro conceito para definir e caracterizar melhor este turbilhão que o mundo parece ter entrado e dele não quer sair – a desmodernização. Segundo este autor, a sociedade cai enquanto

modelo de ordem, o que leva a uma “crise social” onde a globalização é a base de suporte. Deixamos de ser aquilo que fazemos para nos tornarmos “estranhos às condutas que nos fazem ter os aparelhos econômicos, políticos ou culturais que organizam a nossa experiência” (Touraine, 1998, p. 35).

Neste cenário, tudo parece ter entrado num rodopio de desorganização total, o que era dado como certo e organizado começa por se transformar no incerto e no instável. Se anteriormente na modernidade, o capitalismo caracterizava-se por um capitalismo organizado com indústrias extrativo-manufatureiras como fontes dominantes de emprego e uma busca de economias de escala através do aumento da dimensão na fábrica, agora o capitalismo transformou-se em um capitalismo desorganizado, onde o declínio das indústrias extrativo-manufatureiras e ascensão das indústrias de serviços e organizacionais estão bem patentes. Uma dispersão, diversificação da divisão territorial-espacial do trabalho, uma passagem de produção fordista para uma produção pós-fordista e onde o trabalho é caracterizado por múltiplas tarefas retirou a segurança até aí conquistada.

As instituições, o trabalho e os modos de produção entraram em crise e tudo indica que essa crise não os quer abandonar. Como referencia Magalhães (1995), o conceito de pós-fordismo pretende dar conta dessa crise e conseqüentemente da radicalização acontecida nas instituições e modos de produção modernos que se traduziram em transformação na produção e no consumo, e no modo como tais alterações se explicitaram nas formas de viver e de pensar a vida em sociedade. A crise da regulação fordista veio implantar a desregulação social, fazendo com que nem a “comunidade, nem o Estado, nem o mercado fossem capazes de, por si só, garantirem o processo de regulação” (Magalhães, 1995).

O desenvolvimento das sociedades assentes numa relação Homem-Ciência-Máquina prometera, a todos os homens e mulheres, uma vida de maior qualidade e estabilidade econômica. No entanto, a evolução da tecnologia, que inicialmente começa por libertar a força escrava na agricultura e lançando a mão de obra para o setor da indústria e, conseqüentemente, para o setor dos serviços, leva ao aparecimento de novas políticas econômicas, de trabalho e de produção. Nesta evolução, surpreendentemente, conquistamos a *terceira revolução industrial* (Rifkin, 2004), e uma nova era do pós-industrial, pós-fordismo, pós-capitalismo, pós-regulação, pós-mercado, entre outros.

Todo esse emaranhar de conceitos decifram bem a era de desordem e complexidade que se vive de momento, a qual muitos aclamam como já foi referenciado, de pós-moderno. Seja qual for a sua designação, a verdade é que algo de novo está a surgir nas sociedades, não estando estas a conseguir encontrar mudanças que estejam a corresponder a um verdadeiro desenvolvimento sustentável. Esta *terceira revolução industrial* assente na plataforma do avanço da tecnologia e na reengenharia, constituiu-se como um dos mecanismos principais de revolução em todos os setores – primário, secundário e terciário. Nesse sentido, Rifkin (2004, p. 117) afirma que:

A revolução da alta tecnologia não é normalmente associada à agricultura. Entretanto, alguns dos avanços mais impressionantes na automação estão ocorrendo na agricultura. Embora ultimamente a atenção pública tenha se voltado para os efeitos do

desemprego tecnológico nos sectores industrial e de serviços, uma revolução tecnológica igualmente profunda está mudando a natureza da agricultura moderna e, em seu processo, levando questões sobre o futuro da mão de obra agrícola em todo o mundo. [...] Novos avanços nas ciências da informação e nas humanas ameaçam acabar com a agricultura ao ar livre [...] as mudanças tecnológicas na produção de alimentos estão levando a um mundo sem agricultores, com efeitos imprevisíveis para 2,4 bilhões de pessoas que dependem da terra para sua sobrevivência.

Complementa, ainda o pesquisador, que:

Alguns dos avanços mais dramáticos na reengenharia e no deslocamento tecnológico estão ocorrendo na indústria automotiva. [...] o pós-fordismo está transformando rapidamente a indústria automobilística em todo o mundo. Ao mesmo tempo, a reestruturação pós-fordismo está resultando em demissões maciças de operários (Rifkin, 2004 p. 139).

Todos os contextos possíveis de trabalho estão a ser automatizados em grande escala e, a dispensar os seus respectivos trabalhadores. Assistimos, também, a um desenvolvimento desgovernado das tecnologias da informação mais do que qualquer outro setor. Todos utilizamos e testemunhamos a facilidade de comunicação com alguém que se encontra no outro extremo do globo. Esta comunicação pode ser direta – em tempo real. Nesta linha é já bem presente como o setor de serviços está a entrar na guerra dos despedimentos.

Computadores capazes de compreender a fala, ler textos manuscritos e executar tarefas anteriormente desempenhados pelos seres humanos prenunciam uma nova era na qual as indústrias de serviços, a exemplo das indústrias de manufacturar, estarão cada vez mais sob o domínio da automação. [...] A AT&T anunciou que está substituindo mais de seis mil operadores de ligações a longa distância por tecnologia de reconhecimento [...] os sectores bancário e de seguros já começaram a fazer a transição para a Terceira Revolução Industrial. Provavelmente cairá em 25% e mais de 20% dos bancários perderão seus empregos. [...] as secretárias são as primeiras vítimas da revolução do escritório electrónico (Rifkin, 2004, p. 160-161).

Esta revolução industrial está a remeter para o desemprego milhões de pessoas. Não estão a surgir setores que consigam absorver este “mar humano” que não tem emprego. Pois, o pequeno setor emergente – o do conhecimento (empreendedores, cientistas, técnicos, programadores, profissionais, educadores, consultores) é, apenas, de uma pequena elite, no futuro, serão, também dispensados pelo avanço feroz nas ciências de informação e das comunicações. Nesse cenário, a *terceira revolução industrial* está a despontar, como referencia Rifkin (2004), duas forças globais que polarizam a população mundial em duas forças irreconciliáveis e antagônicas: *de um lado uma nova elite que controlam as tecnologias e as forças de produção e de outro, um número sem precedentes de trabalhadores demitidos.*

A modernidade falhou e a “nova era” está com dificuldade em encontrar o caminho de desenvolvimento sustentável nesse mundo global desordenado e desorientado em constante mudança na procura de um equilíbrio. Nesse sentido é oportuno questionar: Que futuro nos reserva? Uma sociedade

sem empregos? Sociedade(s) com novas classes, com novas profissões? Ou de “não-classe de não-trabalhadores” (Gorz, 1983)? Que consequências trará para a humanidade, muito particularmente para o indivíduo que solitariamente vive e viverá dias na ociosidade sem emprego? Quem responsabilizar? Questões como estas exigem uma reflexão profunda, de modo que cada um possa encontrar um novo caminho de respostas possíveis para enfrentar uma realidade que se avizinha demasiado cruel para homens e mulheres desempregados, na qual, são culpabilizados pelo fim dos seus empregos.

Culpabilizando o sujeito

Em muitos espaços, momentos e sentidos de ordem planetária, somos bombardeados pelas notícias “repletas de novidades sobre produtividade enxuta, reengenharia, gerenciamento da qualidade total, pós-fordismo, demissões e redução de estruturas” (Rifkin, 2004, p. 5). Em cada segundo milhares de pessoas são dispensadas dos seus postos de trabalho. Uma nova era de desemprego está a pautar o cotidiano das sociedades (Gennari; Albuquerque, 2011). “A vida como a conhecemos está sendo alterada de modo fundamental” (Rifkin, 2004, p. 5).

Se numa primeira revolução industrial, as tecnologias industriais substituíram a força física do trabalho humano, de momento as emergentes tecnologias assentes no computador estão a substituir a “própria mente humana colocando máquinas inteligentes no lugar dos seres humanos em toda a escala da atividade económica” (Rifkin, 1995, p. 5). Como afirmou François Mitterrand (apud Rifkin, 2004) “as máquinas são o novo proletariado” e Attali confirmou “a classe trabalhadora está recebendo o seu bilhete azul”.

Nesse contexto apocalíptico, silenciosamente, culpabiliza-se o sujeito como sendo o principal responsável. Vivemos na era da formação como forma de colmatar carências de saberes e assumindo o sujeito como reciclável no conhecimento necessário e específico para o mercado de trabalho. Contudo, o que se constata, é que o processo de formação não está a dar resposta a esse mercado de trabalho.

A tecnologia continua a dispensar milhões de pessoas, sem considerar os seus conhecimentos e saberes específicos, simplesmente porque os postos de trabalho existentes não necessitam de tantos sujeitos “recicláveis”. Nesse sentido, por que continuar a responsabilizar os sujeitos? O *slogan* “fantasmagórico” da culpabilização está silenciosamente a surtir efeitos estonteantes na identidade dos sujeitos. Contribuindo assim, para que seja remetido a um mal-estar e se auto-culpe pela situação vivida, envolvendo-se numa crise de identidades – individual, profissional e coletiva.

Dubar (2006) define a crise como resultado de uma “perturbação das referências, da denominação dos sistemas simbólicos” provocado pela transformação de “normas, modelos, de terminologia” que, conseqüentemente, põe em causa as “formas de subjectividade, o funcionamento psíquico e das formas de individualidade” (2006, p. 15). Neste sentido, esse autor apresenta entre outras a crise das identidades profissionais. Identidades essas, que vamos construindo no percurso e relação trabalho-empresa. Na exclusão desse percurso e relação, remete o sujeito para uma crise que o marginalizará na sociedade. Os

indivíduos vão interiorizando a sua perda do posto de trabalho como responsabilidade exclusivamente de si e para si.

Em particular, muitos jovens qualificados defrontam-se com uma sensação de desqualificação, pondo em causa todo o percurso efetuado de formação, considerando inútil e corresponsabilizando-se na sua própria inutilidade. Richard Sennett (2001) aclara na sua obra “A corrosão do carácter”, a impressionante responsabilidade, que as pessoas assumem para si os fatos que estão exteriormente fora do seu controle, como é o caso das consequências do fim do emprego neste novo capitalismo. A culpa é o sentimento que se urde no sujeito tornando-se familiar, remetendo-o para uma crise permanente e atroz, como referencia o autor: corroendo o seu próprio carácter.

Nesse cenário, em que a pessoa humana, degradantemente, vai vivendo, são preferidos discursos por vezes sarcásticos como forma de impulsionar as pessoas a uma resiliência em uma sociedade que joga constantemente um jogo de mágica, onde “As sociedades separam-se ou juntam-se, os empregos aparecem e desaparecem, como acontecimentos sem ligações” (Sennett, 2001, p. 46). Nesses discursos é solicitado a necessidade de se transformarem em pessoas flexíveis – era da flexibilidade.

Flexibilizar– um caminho para a mudança?

A destruição criativa [...] exige pessoas que não se aflijam por não saber as consequências da mudança, ou que vem a seguir. A maioria das pessoas, no entanto, não está à vontade com a mudança desta forma despreocupada e negligente (Shumpeter, apud Sennett, 2001, p. 46).

Mudar não se constitui um processo simples e facilitado, exige que algo de nós se transforme. Sennett (2001) sustenta que mudança significa desvio e que este, por sua vez, direciona-se para um desvio de ética e um desvio emocional. Neste caso específico, para a ética de trabalho e para o nosso poder de gerir, positivamente ou negativamente, o nosso campo emocional referente aos contextos e situações vividas. É nesta mudança, abruptamente solicitada e muitas das vezes legislada, que nos vão impondo, neste contexto de sociedades sem emprego; a ordem para a flexibilização como sendo esta um caminho possível para a mudança, e assim, encontrar sem qualquer problema o nosso novo lugar. Será isto assim tão fácil e espontâneo?

Rifkin (2004) demonstra bem que o caminho que as sociedades estão a traçar, a flexibilização, poderá ser apenas uma forma de silenciar possíveis tumultos sociais que de certa forma já estão a tomar lugar em vários locais do mundo. Pois, o desemprego em massa e a pobreza generalizada não estão a ser solucionados pelas várias medidas propostas, aumentando assim os problemas vivenciados pelas populações marginalizadas. Muitos países são já exemplos no qual o desemprego está levando a tumultos sociais e a surgimento de movimentos políticos neofacistas. Eleitores amedrontados e zangados demonstram as suas frustrações nas urnas, apoiando partidos extremistas.

Para apresentar a flexibilização, Sennett (2001) sugere a análise do significado da própria palavra como “a capacidade da árvore de ceder e recuperar, de alterar e estabelecer a sua forma”. Referindo que o ideal seria que

o comportamento humano suportasse estas características, uma vez que o ajudariam na integração da mudança, mas “sem ser quebrado por ela” (Sennett, 2001, p. 73). Ou seja, ser mais livre na escolha, no pensamento e na ação sem ser oprimido. Será que isso acontece? Ou estar-se-á a assistir a uma flexibilização que tem tido como objetivo utilizar forças que “vergam as pessoas”?

O mesmo autor afirma que a nova economia política está a trair esta ânsia pessoal de liberdade – “A aversão à rotina burocrática e a procura de flexibilidade produziu novas estruturas de poder e controlo, em vez de ter criado condições que nos tornassem livres” (Sennett, 2001, p. 74). Assim, identifica o sistema desse poder em três formas escondidas de flexibilidade – *reinvenção descontínua das instituições, especialização flexível de produção e concentração do poder sem centralização*. Referente à reinvenção descontínua das instituições, Rifkin (2004) identifica na sua obra “O fim dos empregos”, a reengenharia como um instrumento principal a ser utilizado para este fim. No que concerne à especialização flexível de produção, apresenta o pós-fordismo como a plataforma deste processo. A concentração do poder sem centralização é referida na forma como está sendo oferecida o maior controle às partes envolvidas de produção. No entanto, Sennett (2001) afirma que esta posição é falsa, dado que o controle está a ser exercido na fixação de objetivos de produção ou de lucro a cada unidade de trabalho.

Em síntese e referenciando Sennett (2001, p. 80) – “A especialização flexível é a antítese do sistema de produção corporizado pelo fordismo” em que, momentaneamente, é solicitado aos sujeitos a sua readaptação e a inovação na ação. Como anteriormente referenciamos a metáfora da árvore de Sennett, lançamos agora a sua própria questão apresentada neste contexto – “Haverá limites ao ponto a que as pessoas são forçadas a vergar-se? O governo poderá dar às pessoas algo como a força tênsil de uma árvore, de modo que os indivíduos não quebrem sobre a força da mudança?” (Sennett, 2001, p. 82)

Dentro desse quadro interrogativo constatamos uma sensação de fracasso e de culpabilização do fim dos empregos que cada sujeito vai vivendo, reconhecendo em cada um, a culpa e a interiorização de um sentimento de incapacidade e inutilidade. A “sensação de que não tinha âncora [...] Mudança, oportunidade, novo: tudo soava a oco [...]” (Sennett, 2001, p. 82). Estas são as várias sensações transcritas por Sennett de personagens que se vão orientando neste mundo de desemprego que exige ser-se flexível.

Para não concluir...

Novas respostas assertivas são prementes emergirem nesse cenário global, no qual o ser humano, que vai solicitando uma mudança para uma nova ordem econômica e social possa efetivamente encontrar um verdadeiro desenvolvimento, em que o trabalho assume um lugar fundamental em todo este processo. Pois, ainda hoje, século XXI, o trabalho/emprego é o eixo fulcral para toda a organização social, dado que é através dele que cada indivíduo acede à sua cidadania.

Nesse contexto presente e o que o futuro próximo nos promete, parecer ser um acesso cada vez menor ou até escasso a este bem precioso que é o “ter”

emprego, pois, o mesmo parece querer entrar num processo de extinção. Em consequência, é de questionar: Será que é isso mesmo que está a acontecer? O trabalho continuará a existir e, o emprego, esse sim, será aniquilado pela máquina e ultimamente pela terceira revolução industrial?

De fato, parece começar a existir um contrassenso, existe trabalho, contudo parece não existir empregos, ou se o existe, os funcionários podem se constituírem em outras faces e membros – rostos robotizados. Neste contexto como se acederá vivências de cidadania? Sabendo que a cidadania se conquista por meio do acesso ao trabalho/emprego? Ficar-se-á privado dessa mesma cidadania?

O futuro que nos aguarda constituir-se-á assim tão apocalíptico? Talvez o seja, ou talvez seja apenas um futuro que exige, das sociedades e de cada um de nós, o reformular do conceito que hoje temos de trabalho e de emprego. Criando talvez, outros sentidos e outros significados destes conceitos e outras formas de ação em “sociedades sem empregos” ou ainda a necessidade urgente de reorganizar as relações humanas — da hierarquia vertical para o poder lateral — que terá grande influência no jeito como iremos lidar com o comércio, como governaremos a sociedade e educaremos nossos filhos (Rifkin, 2012), e assim, encontrar novas formas de conquistar os acessos aos seus direitos e deveres – ao direito de cidadania.

Referências

- Berman, M. (1982). *Tudo o que é sólido se dissolve no ar: a aventura da modernidade*. Lisboa: Edições 70.
- Bubar, C. (2006). *A crise das identidades: a interpretação de uma mutação*. Porto: Afrontamento.
- Gennari, A; Albuquerque, C. (2011). Globalização, desemprego e (nova) pobreza: Estudo sobre impactes nas sociedades portuguesa e brasileira. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 92, p. 51-73, 2011.
- Giddens, A. (1996). *As consequências da modernidade*. 3ª Edição. Oeiras: Celta Editora.
- Magalhães, A. M. A (1995). *Escola na Transição Pós-Moderna, Educação, Sociedade & Culturas*, Porto, 3, 97-123.
- Marinho, P; Carvalho, E.(2014). Da particularidade à globalidade dos discursos de uma nova era: a essência da “coisa” ou a “coisa” da essência. *Revista Teias*, Rio de Janeiro, v. 15, n. 35, p. 202-221.
- Rifkin, J. (2012). *A terceira revolução industrial: como o poder lateral está transformando a energia, a economia e o mundo*. São Paulo: M. Books do Brasil.

Rifkin, J. (2004). *O fim dos empregos: o declínio inevitável dos níveis dos empregos e a redução da força global do trabalho*. São Paulo: Makron Books.

Sennett, R. (2001). *A corrosão do carácter – as consequências pessoais do trabalho no novo capitalismo*. Lisboa: Terramar.

Touraine, A. (1998). *Iguais e diferentes: poderemos viver juntos*. Lisboa: Instituto Piaget.